

A Globalização dos Estados Soberanos

Arthur B. Mombach

"Diante da atual situação de domínio do Mercado sobre as soberanias estatais, é traçada uma alternativa, inspirada na crescente ideologia da "Terceira Via", sobre que políticas estatais poderiam vir a frear, com algum êxito, a força, por vezes abusiva, que as empresas multinacionais exercem sobre os países onde se
5 instalam."

I - O panorama atual

Desde meados da década de 70, com o surgimento da vasta ideologia neoliberal, vivemos em um também vasto processo de unificação de mercados, ao qual damos o nome de Globalização. Atualmente, tal processo é o responsável direto pelo
10 panorama mundial, no que se inclui as mega-empresas, a interdependência das bolsas de valores a nível mundial, bem como, indiretamente, as economias de cada Estado.

Não raro, acompanhamos notícias sobre mega-fusões de empresas, que, não custa lembrar, ocorrem em média de uma por semana! Cada vez mais, são formadas
15 mega-corporações globais, responsáveis da mesma forma por uma maior zona de abrangência em nosso mundo. Lembremos por exemplo a Microsoft, multi-milionária em seu patrimônio, que até pouco tempo mantinha em seu poder todo o funcionamento dos microcomputadores do mundo. Caso quisesse, faria parar toda uma rede informatizada que durante anos se formou, devido ao fato de que era a
20 possuidora de mais de 70% do mercado de sua área.

Muitos outros exemplos sobre este assunto podem ser levantados, como os das grandes multinacionais farmacêuticas, ou indústrias de calçados, porém iríamos nos estender demais neste aspecto. Partindo para a situação global dos dias atuais, que como já dito é formado em seu plano econômico por mega-indústrias, torna-se
25 necessário notar que a cada dia, da mesma forma como estas indústrias crescem, cresce também o seu poder financeiro, bem como de influência sobre os governos dos Estados soberanos.

Para ilustrar tamanho poderio, utilizamos o exemplo da própria Microsoft, cujo valor total de lucro anual, supera em proporções geométricas o lucro obtido pelo
30 Brasil, em termos de arrecadação de impostos, bem como no PIB. Tal situação financeira, põe em questão a velha questão, levantada em outros planos pelo biólogo Charles Darwin, que atribui tão somente ao mais forte, o poder de sobreviver, por que não à empresa, forte, sobre o Estado, fraco? Partindo para a questão específica, podemos estabelecer claramente a situação que
35 gere o Brasil, bem como outros diversos países mundiais, onde existe uma superação do Poder nacional pelo Poder de Mercado. Na teoria da globalização, está posto a necessidade de que todos os países busquem atrair empresas. Caso estas empresas sejam internacionais, então que lhes atraia, para que possam gerar

empregos e renda para o local onde se instalaram. Esta atração de empresas,
40 porém, está se tornado por demais difícil, para o Estado, e fácil para as empresas
globais.

Tal dificuldade pelo lado dos Estados, é gerada pela crescente necessidade que
todos os Estados (com preponderância os subdesenvolvidos) tem com a geração de
empregos. Num mundo onde cerca de 10% dos habitantes são desempregados,
45 torna-se imprescindível a geração de empregos a qualquer custo. Com isso, os
Estados passam a fazer uma verdadeira corrida ao ouro, onde o ouro são as
empresas de grande porte e de atuação internacional.

Diante desta situação, estabelece-se uma espécie de leilão pelas fábricas, que irão se
instalar onde existirem mais subsídios. Tais subsídios são constituídos da mais
50 diversa gama de itens imagináveis, que vão desde acordos tributários reduzidos,
até isenções fiscais totais. Pode-se dizer que atualmente as mega-corporações são
capazes de corroer o sistema Judiciário do país em que se instala. Não pagam
impostos, respeitam somente se quiserem os direitos trabalhistas, bem como usam
e abusam na mão-de-obra barata do local onde se instalam. Ora, que dizer da
55 integridade de um sistema Tributário, onde são dadas isenções fiscais.
Precisamos admitir, que na situação em que estamos, com os governos fazendo de
tudo para atrair as empresas, realmente não podemos bancar os "soberanos" e
fechar as portas para as mega-empresas subsidiadas, pois ficaremos, desta forma,
estagnados economicamente e manteremos níveis de desemprego alarmantes.

60 Porém, será que não há uma forma de rever a situação de dominação mercantil
pela qual passamos atualmente? Será que os estados estão prestes a sucumbirem
em detrimento do mercado global? Sim e não. Na extensão do artigo, estaremos
fazendo uma análise sobre um fator que pode preservar a conjuntura dos Estados
soberanos, para que estes não sejam dominados pelo tão mais forte Plano Mercantil
65 (ou Lex Mercatoria). É necessário notar a atual dualidade existente entre o plano
estatal e o plano mercantil, onde o segundo procura dominar o primeiro, cada vez
em mais aspectos.

Será que para frear a atual influência do mercado sobre o ordenamento dos países,
não seria interessante fazer com os Estados a mesma coisa que está sendo feita com
70 os mercados?

II - Alternativa ao crescente "poder normativo" dos mercados multinacionais

Diante desta situação, nos surge incontinenti a definição política da "Terceira Via",
como alternativa à crise das soberanias dos dias atuais. Tal metodologia política,
defendida por grandes nomes políticos, como Tony Blair, atual primeiro ministro
75 britânico, e definida pelo senador e jurista italiano Norberto Bobbio como sendo
um método político que "mistura socialismo e capitalismo, indo além de ambos em
sua extensão", é sem dúvida uma forma de igualar esta "guerra fria" entre Estados
e Mercados, onde o segundo atualmente leva ampla vantagem (basta ver que
chega a derrubar o órgão mais soberano de um Estado, o Direito).
80 Para equiparar a situação entre Estados e Mercados, a priori, é necessário ceder à
grande tendência atual, que embora repelida, se encaminha dia a dia: a abolição
dos estados soberanos como órgãos independentes e concorrentes entre si. Desta
forma, acaba-se com a eterna concorrência econômica entre os Estados, que

atualmente, como fruto desta concorrência, acaba gerando verdadeiros paraísos
85 fiscais às multinacionais, que sempre buscam pelo modo mais barato de produzir
suas commoditties (produtos manufaturados).

Acabando com a concorrência fiscal entre os Estados, torna-se possível seguir uma
cronologia paralela à que seguiram as multinacionais globais, dentre outras
menores, ao estabelecerem a OMC (Organização Mundial do Comércio). Destarte,
90 uma OME (hipotética Organização Mundial dos Estados), poderia ser uma forma
para que os países, como um todo, formassem uma espécie de sindicalização de
suas soberanias. Deveras utópico, sim, mas não utópico. Ao organizarem-se em
blocos estatais, o que os blocos de países hoje já são um embrião, os estados
poderão oferecer alguma resistência à atual "festa" que fazem as empresas
95 multinacionais frente aos países em seu sentido estrito, desorganizados e sedentos
por algum emprego ao seu povo, o que determina que concorram uns com os
outros para atrair mais e mais empresas ao seu recinto.

Há, obviamente, o fator povo, visto que só é praticada esta concorrência estatal,
com o fim de promover o bem estar da população local. O custo dos países às
100 empresas, da mesma forma, dá-se por fatores puramente regionais, nos quais se
incluem o preço do custo de vida (países tropicais mais baratos que os localizados
em zonas frias), bem como por uma imensa gama de valores culturais e sociais, que
acabam fazendo com que alguns países sejam mais baratos às empresas que outros.
Destes fatores inerentes a cada Estado, surge a necessidade de abolição de
105 fronteiras, de forma a unificar os Estados, globalizando-os da mesma forma que as
grandes empresas o fizeram até hoje. Desta forma, unificando cotas tarifárias,
direitos trabalhistas e também, por conseqüência, os preços das manufaturas,
pode-se equiparar, igualmente, o custo do trabalho, de forma a não mais haver
Estados "baratos" ou "caros" às empresas multinacionais, obrigando-as a exercer
110 atividades sempre sob as mesmas condições. Resta ainda, o fator econômico de tal
conjuntura. Como fazer com que o povo localizado no Brasil, seja beneficiado por
uma empresa que atua no Japão? Para tanto, um processo econômico
revolucionário deveria ser instituído, de forma que, abolidas as fronteiras, os
impostos arrecadados por empresas do Japão, ou do Brasil, fossem repassados
115 igualmente para os outros territórios. Em suma, seria como estatizar todos os
países do mundo em um só, delegando a uma organização mundial (aos moldes
do FMI), o repasse igualitário de verbas aos diversos locais do mundo, o que
poderia ser feito através da democracia direta, um "orçamento participativo"
globalizado, apurado em grupos semi-soberanos de comunidades, que apurassem
120 as principais necessidades em nosso planeta.

Obviamente, para contrariar esta idéia, sempre existem os Estados que atualmente
são beneficiados pelo processo de globalização, dos quais os Estados Unidos são
um baluarte, dado que é a origem da ordem mundial atual, e maior beneficiado
por seus resultados. Isso, porém, é um obstáculo, mas nunca um entrave a uma
125 nova ordem mundial, onde pudesse ser estabelecido um limite entre a globalização
econômica em seu sentido benéfico, e a globalização econômica em seu sentido
abusivo, destruidora de soberanias. Tal aspecto abusivo atualmente é sério
ameaçador da ordem trabalhista (direitos trabalhistas) adquirida com tanta luta
desde a Revolução Industrial, que, se derrubada, marcaria um retrocesso
130 humanitário enorme e da mesma forma prejudicial ao seres humanos.

Actividades

1) Responder:

(a) ¿A qué se refiere el autor con "Terceira Via"? Indique el renglón de referencia.

Renglón de referencia:

(b) ¿Qué haría falta para equiparar la situación entre los Estados y los Mercados?
¿Qué analogía sugiere el autor como posible solución para la situación de desequilibrio descrita?

(c) A lo largo del texto, ¿la palabra "Globalização" tiene la misma acepción?
Indique renglones de referencia.

Renglón de referencia:

(d) ¿De qué manera se ven afectados los derechos de los trabajadores por la proliferación de empresas multinacionales?

2) Indique si las siguientes afirmaciones son verdaderas o falsas. En caso de ser falsas, justifique su respuesta.

(a) Las ganancias de Microsoft no llegan a superar las ganancias obtenidas Brasil.

Verdadero Falso

Es falso por el siguiente motivo:

(b) Según la teoría de Darwin, en términos de fortaleza, el Estado está en una situación ventajosa con respecto a las multinacionales.

Verdadero Falso

Es falso por el siguiente motivo:

(c) Las grandes corporaciones corrompen el sistema legal de los países en que se instalan.

Verdadero Falso

Es falso por el siguiente motivo:

(d) El aspecto mercantil procura dominar al aspecto estatal.

Verdadero Falso

Es falso por el siguiente motivo:

(e) Es más conveniente invertir en países tropicales que en zonas frías.

Verdadero Falso

Es falso por el siguiente motivo:

(f) La competencia entre los estados facilita la actuación de las multinacionales.

Verdadero Falso

Es falso por el siguiente motivo:

3) Localice en el texto las diferentes formas en las que se hace referencia a las grandes empresas internacionales:

-
-
-
-

4) Elabore una síntesis reafirmando o refutando las siguientes aseveraciones. De la lectura del texto se desprende que el autor:

(a) Tiene una opinión favorable acerca de la instalación de empresas extranjeras en el territorio nacional.

(b) Considera posible llegar a una situación de equiparación entre el poder del Estado y el poder de las empresas.

Texto 1 : “A Globalização dos Estados Soberanos”

Fuente: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/25618/25181>.

(c) El derecho laboral no se ve amenazado en ningún aspecto por la instalación de las multinacionales.